



SÉTIMO ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA
EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

7Enaphem

História da Educação Matemática nos caminhos do
mundo digital e da democratização do conhecimento

Táticas de professores catarinenses em períodos de Escola Nova: o caso dos Comunicados Escolares de aritmética

Tactics of Santa Catarina teachers during Escola Nova periods: the case of
Arithmetic School Announcements

Cintia Schneider¹

David Antonio da Costa²

Resumo

Neste artigo tem-se por objetivo caracterizar aspectos referentes a metodologia de ensino de aritmética catarinense, em período de escolanovismo. Para isso, foram mobilizados materiais empíricos provindos da legislação catarinense, mas principalmente comunicados escolares, que foram instituídos pela Circular n. 1 de 02 de janeiro de 1941, de autoria de Elpídio Barbosa. Estes comunicados são textos escritos pelos professores de Escolas Isoladas e Grupos Escolares de Santa Catarina, em que deveriam escolher um tema do seu cotidiano, fundamentar e emitir suas opiniões. Para estas análises optou-se pelo uso do ferramental teórico de Certeau (1998), mais especificamente aos conceitos de estratégias e táticas, em que o primeiro era fruto de uma imposição governamental, que consequentemente, resultava em uma tática por parte do professorado. E neste sentido, conclui-se que, por mais que o governo, estrategicamente impusesse que os professores escrevessem os comunicados e nestes demonstrassem conhecimentos e adesão ao Movimento escolanovista, os professores, taticamente, redigiam superficialmente sobre aspectos da Escola Nova e o que, por muitas vezes, prevalecia, eram relatos e reflexões que se aproximavam do método intuitivo.

Palavras-chave: História da educação matemática; estratégias; táticas; aritmética

Considerações iniciais

Tem-se por objetivo com este artigo caracterizar aspectos referentes a metodologia de ensino de aritmética catarinense, em período de escolanovismo, privilegiando como fontes os comunicados escolares.

¹ Mestra em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutoranda em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora da Rede Municipal de Educação de Seara, SC, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9864-8347>. E-mail: cintia.schneider1995@gmail.com.

² Doutor em Educação Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professor na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4493-9207>. E-mail: david.costa@ufsc.br.

Para isso, situa-se inicialmente que trata-se de uma pesquisa com recorte temporal entre as décadas de 1940 e primeiros anos de 1950, isso porque 1941 a 1953 é o interstício de tempo dos comunicados escolares disponíveis e digitalizados no Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (RI – UFSC)³ e fisicamente, no Acervo Público de Santa Catarina, em Florianópolis- SC. Salienta-se que esses comunicados são textos escritos a mão pelos professores das Escolas Isoladas e Grupos Escolares catarinenses, em que lhes cabiam a escolha de um tema prático do cotidiano da escola, e que deveriam utilizar-se de obras e autores para fundamentar e emitir suas opiniões sobre.

Este período é marcado em Santa Catarina por duas reformas educacionais: a Reforma Trindade (1935) e a Reforma Elpídio Barbosa (1946). A primeira foi instituída pelo Decreto nº 713 de 05 de janeiro de 1935⁴ e é caracterizada pelo desenvolvimento da educação pública, em especial no aumento do número de escolas e matrículas. Já a segunda, liderada por Elpídio Barbosa, iniciou com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Primário do Estado de Santa Catarina, que decretou um novo programa para os estabelecimentos de ensino primário, além de reorganizar a formação docente (Torrez, 2018). Destaca-se que foi no estudo sobre a Reforma Elpídio Barbosa que foram encontrados os primeiros vestígios do possível escolanovismo na educação de Santa Catarina (Souza, 2016).

Uma breve revisão bibliográfica, considerando o tema central deste artigo, que se refere ao período do Movimento da Escola Nova e a empiria dos comunicados escolares, destaca duas pesquisas, dentre outras, que se aproximam da atual proposta e contribuem com as análises e aprofundamentos teóricos: Pires (2022) e Souza (2016).

A pesquisa de Pires (2022) tomou os comunicados escolares como objeto de estudo e teve como foco compreender o que eram os comunicados e as condições de como eram produzidos, especialmente os voltados sobre o ensino de matemática. Conclui, dentre outros pontos, que havia nestes documentos uma marcante influência do pedagogo cubano Aguayo, citado em muitas referências e que há indícios de que os comunicados circulavam entre os grupos escolares.

³ Encontram-se disponíveis na pasta dos documentos catarinenses. Disponíveis em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/6908>. Acesso em 19.jun.2024

⁴ Santa Catarina. Decreto n. 713, de 05 de janeiro de 1935

Souza (2016) estudou as transformações das prescrições do ensino de aritmética nos Programas dos Grupos Escolares catarinenses de 1910 a 1946, ou seja, perpassou as Reformas Educacionais, totalmente ou parcialmente, as quais compreendem o recorte temporal deste artigo. A partir desta pesquisa foi possível compreender o cenário educacional, político e social da época. Inclusive salienta-se que a partir da pesquisa de Souza (2016) que caracteriza o cenário catarinense por meio das legislações, foi possível realizar uma complementação a este cenário. Porém com a empiria dos comunicados escolares, que possuem como autores os próprios professores que atuavam nos grupos escolares e escolas isoladas.

Como seguimento na escrita deste artigo, há nos próximos tópicos as análises de alguns comunicados escolares, que de algum modo possuem proximidades e permitem inferir alguns aspectos sobre a metodologia do ensino de aritmética em tempos de escolanovismo em Santa Catarina, respaldadas na teoria de Certeau (1998), mais especificamente em suas conceituações de estratégias e táticas. Salienta-se que a empiria foi estreitada para comunicados escolares sobre o ensino de aritmética, e isso se justifica pelo lugar social dos autores, como atuantes no campo da História da educação matemática.

Estratégias e/ou táticas: análises dos comunicados escolares

O principal referencial teórico utilizado como balizador para as análises foi Certeau (1998), mais especificamente parte da sua obra ‘A invenção do Cotidiano’. Nesta, Certeau (1998) trata das práticas cotidianas e seus atores anônimos, bem como dos produtos desta criação anônima. E é a partir destas ideias que é possível utilizar destas conceituações em análises históricas educacionais que fazem uso da cultura escolar, visto que se busca compreender as artes de fazer dos professores, dos alunos, e, de forma geral, do cotidiano escolar. E para isso se faz necessário ultrapassar as barreiras das indicações normativas e prescritivas, e a partir do diálogo com estas, se aproximar das intenções de quem vivia o dia a dia da sala de aula, mas que era coagido por prescrições verticalizadas.

Sendo assim, as pessoas, na visão de Certeau, não são submissas aos processos disciplinares das sociedades, visto que ao interagirem com eles, as pessoas são capazes de usar parte destes processos a favor de seus interesses. E é

nesse viés que se faz necessário explicitar os conceitos de estratégia e tática. Nas palavras de Certeau (1998):

[...] Chamo de estratégia o cálculo (ou manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolada. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio a ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização ‘estratégica’ procura em primeiro lugar distinguir de um ‘ambiente’ um próprio’, isto é, o lugar do poder e do querer próprios. (Certeau, 1998, p. 99).

Ou seja, situações coercitivas impostas por órgãos, pessoas mais empoderadas em uma hierarquia - os chamados fortes - seriam caracterizadas como estratégias. Que em seu cerne, deveriam ser seguidas pelos mais fracos. Ainda, a estratégia teria o lugar próprio no sentido de que é formalizada de alguma forma pelas autoridades. Já a tática, de acordo com Certeau (1998):

[...] por não possuir um lugar próprio, age dentro do campo do inimigo, permitindo ações rápidas que visam responder necessidades dinâmicas. Opera na ordem do contingente, do fragmentário, sendo capaz de responder a uma necessidade de maneira ágil e flexível. Baseada no improviso, uma tática se infiltra, existe nas brechas, nas rachaduras do sistema, se reagrupa para responder às oportunidades que identifica. Ainda de acordo com Certeau, (...) chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza uma lei de uma força estranha. Não tem meio para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo”, como dizia Von Bülow, e no espaço por ele controlado. Ela não tem a capacidade de dar a si mesmo um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetiva. Ela opera golpe por golpe, lance por lance, aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas [...] Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. (Certeau, 1998, p. 100-101).

De forma geral, as estratégias ocupam um lugar próprio de poder, enquanto que as táticas ocupam um espaço de articulação e manipulação.

Ao utilizar os comunicados escolares como fontes é necessário que se inverta a perspectiva tradicional dando foco para as chamadas criações anônimas e para isso retomam-se alguns destes documentos. Sendo assim, destaca-se que o contexto da criação dos comunicados escolares foi a partir do posicionamento do diretor em Educação Elpídio Barbosa, que estava respaldado em considerações do inspetor Mosimann, que se chegou a determinação da obrigatoriedade dos professores redigirem estes documentos.

Barbosa emitiu sua preocupação com o fato de que os professores, apesar de reconhecerem a relevância das reuniões pedagógicas, não possuírem o hábito de leitura instrutiva, afirmando ser inadmissível que “a ciência da educação fique estacionária” (Santa Catarina, 1941⁵). Barbosa elucidou que os professores catarinenses, em sua maioria, eram novos e responsáveis pela preparação da juventude por muitas décadas e por isso a relevância de estudarem e não ficarem estagnados. Neste andar defendeu a existência de bibliotecas nos grupos escolares, mas para além da existência destas se fazia necessário que os livros fossem lidos e meditados. E neste ponto Barbosa afirma que seria interessante retomar as reuniões pedagógicas, que estavam acontecendo mensalmente, para a sua frequência semanal, como era anteriormente. E que nestas fossem lidos e comentados capítulos de obras didáticas.

E assim foi instituído seguindo as normativas estabelecidas pela Circular n. 37, 28 de maio de 1941 (Santa Catarina, 1941) e as reuniões voltaram a ter frequência semanal com duração de uma hora: meia hora era destinada à crítica aos planos de aula e apresentação de novos planos. E na outra metade do tempo para leitura de um comunicado, que deveria ter caráter prático, e ser fruto de assuntos e fatos observados na escola, a escolha do próprio professor, orientado pelo diretor.

Os comunicados deveriam ter uma cópia enviada para o Departamento de Educação do Estado. E, de certo modo, interpreta-se também que esta liturgia imposta pelas normativas era uma forma de vigilância sobre os professores, que como verificado por Barbosa, tinham dificuldades e/ou resistência em se adaptar aos novos métodos em voga. Vale ressaltar que os documentos analisados são referentes

⁵ Santa Catarina (1941). *Circular n. 37, 28 de maio de 1941. Reuniões pedagógicas.*

às aulas de matemática, e quantitativamente mais expressivos os relacionados à aritmética.

Metodologicamente, os comunicados deveriam ser compostos por três partes: Enunciado, o fato que justificaria a escrita do comunicado, em seguida o Argumento, que seria a “Transcrição de conceitos de vários autores, sobre o assunto, com citações de obras, capítulos e páginas” (Santa Catarina, 1941) e deveria ser finalizado com a Conclusão, onde o professor deveria emitir sua opinião sobre o assunto, fundamentando-a, sempre que possível com fatos reais.

Inicialmente, pontua-se o que ficou mais evidente nas análises: a forma como os professores citavam autores de obras didáticas de maneira similar um dos outros, mesmo se tratando de comunicados de diferentes grupos escolares e cidades distantes. Verificou-se que as citações eram repetitivas e utilizadas sempre como Argumento, assim como os professores não operavam com elas, apenas citavam e em seguida, no tópico das conclusões dissertavam brevemente sobre concordar com aquele referencial. Não se sabe se os comunicados circulavam entre as escolas, porém esta é uma possibilidade que justificaria as semelhanças entre as opções de referenciais adotadas pelos professores e também foi uma hipótese levantada por Pires (2022), todavia sem situações que a comprovem.

Voltando a indicação da Circular n. 37 de 1941, na qual constava que no ‘Argumento’ deveriam transcrever trechos de obras e não indicavam reescrita ou análise crítica por parte dos professores, sendo assim, há um ponto de incoerência, visto que a preocupação do diretor interino do Departamento de Educação, Elpídio Barbosa, que argumentou a necessidade do retorno das reuniões semanais como meio de incentivar leituras e principalmente meditações acerca de obras. Sendo assim, o fato dos professores não usarem de criticidade neste ponto dos comunicados, não pode ser considerada uma atitude tática, isso porque seguiram, em sua grande maioria, tal qual foram orientados normativamente.

Neste contexto, cabe a informação de que o governo catarinense, por meio do seu Diretor da Instrução Pública Luiz Trindade, publicou a Circular n. 32 de 26 de setembro de 1935⁶, que recomendava a aquisição de 16 obras para a biblioteca do

⁶ Santa Catarina (1935). *Circular n. 32, de 26 de setembro de 1935*

Grupo Escolar. Dentre estas obras havia Didática da Escola Nova de Aguayo⁷, a qual os professores autores dos comunicados referenciavam com grande recorrência, porém aparentemente os professores não tiveram acesso a obra e apenas reproduziam os mesmos trechos. Infere-se isso pois os trechos citados são repetidos e por vezes tratavam do ensino de aritmética, sobre geometria e desenho, resolução de problemas de aritmética, comparação entre a escola antiga e a escola nova, sobre problemas mentais e escritos, além afirmações de que Escola ativa considera todas as oportunidades de tornar o ensino vivo e interessante para as crianças.

Ainda, salienta-se que apesar do livro de Aguayo ser indicado na Circular, os professores também mencionavam passagens de outra obra dele, Pedagogia Científica. Presume-se que o estudo da primeira obra tenha sido influenciado, diretamente, pela Circular, porém da segunda obra possa ter sido motivado por dois fatores: o primeiro pode ser que os professores tenham se identificado com a obra de Aguayo e desta forma terem continuado a buscar pelas obras do autor, ou então o interesse pode ter sido por ela integrar a coleção Atualidades Pedagógicas, que no ano seguinte, publicou a obra Pedagogia Científica. As menções a ambas as obras somam um quantitativo de 58 vezes nos 102 comunicados analisados, sendo que apenas em 1941 não houve menção a ele, no recorte estabelecido

Destaca-se que ao analisar as duas obras referenciadas⁸, viu-se que os docentes catarinenses tinham focos específicos ao utilizar Aguayo, sendo que fundamentavam situações diretamente ligadas a métodos e psicologia, isso porque, as outras menções a esta obra, dizem respeito ao cálculo mental, teoria sobre a formação da ideia de número, ensino ocasional da aritmética. Os tópicos do livro que tratam especificamente de conteúdos de aritmética e programas mínimos não são utilizados pelos professores. O que leva a inferência de preocupação com o como ensinar e não necessariamente o quê ensinar aos alunos, que foi exatamente a motivação de Barbosa ao instituir as reuniões semanais, demonstrando sua intenção de fomentar discussões dos aspectos relacionados às ciências da educação nas escolas do estado.

⁷ Esta obra foi a única indicada pela Circular, que foi de fato, citada pelos professores catarinenses em seus comunicados.

⁸ A saber: 'Didática da Escola Nova (1996)' e 'Pedagogia Científica (1958)'.

Neste sentido, utilizando dos conceitos de Certeau, é que se infere que o ato do governo de publicar a Circular, que incentivava a leitura das obras, pode ser descrita como uma *estratégia* e como consequência, os professores, desenvolveram práticas de escrita que levavam a interpretação de que liam/estudavam as obras, ou seja, estas práticas podem ser compreendidas como táticas. Sendo que esta segunda prática foi condicionada pela imposição da primeira, além disso, a estratégia governamental de indicar algumas obras culminou na tática, planejada ou não, da ampliação de obras utilizadas pelos professores.

Outro ponto interessante é que se interpretou que as professoras sentiam necessidade (ou talvez coagidas) a demonstrarem conhecimentos sobre diversas obras, e para isso, em um mesmo comunicado citavam mais do que um autor. Sobre estas citações salienta-se que não eram referentes às obras da Circular n. 32 e sim de outras autorias, tal como Toledo, D'Ávila, Santos, Backheuser, Pimentel Filho. E aí poder-se-ia chegar, preliminarmente, a conclusão de que nos encontros semanais os docentes faziam leituras de obras dessas autorias. Todavia, ao investigar as citações e as obras referenciadas, viu-se que, por exemplo, a citação à Alberto Pimentel Filho geralmente era concomitante a alguma menção de D'Ávila e ao consultar a obra de D'Ávila encontrou-se exatamente a citação de Pimentel que os professores replicaram. Ou seja, com o intuito de transparecer conhecimentos teóricos, os docentes referenciavam citações de obras como se tivessem lido os originais, o que seria uma tática para mostrar aos responsáveis que havia domínio teórico e leituras abrangentes. Mas isso não aconteceu de forma isolada, o que leva à inferência de que esses trechos de obras circulavam e então eram reproduzidos sem o devido crédito às suas efetivas autorias.

Além disso, em alguns comunicados, tal como o do Grupo Escolar Professor Davi do Amaral, de 1943 da professora Zaira Zenaide Teixeira, é mencionado Decroly, todavia, mais uma vez, a professora retirou a citação da obra D'Ávila e apenas o citou como se houvesse lido o original. Interpreta-se tudo isso como formas táticas dos docentes provarem ao departamento de educação que estavam se atualizando, assim como que ampliavam as leituras para além daquelas indicadas pela Circular, ou seja, um olhar superficial das menções poderia levar a interpretação de que os professores catarinenses estavam se apropriando de obras escolanovistas,

inclusive estrangeiras, todavia o que ocorria era a réplica de trechos de obras nacionais, sem o devido aprofundamento/crédito.

De acordo com a Circular n. 37 (Santa Catarina, 1941), todos os comunicados passavam por avaliação dos diretores e, curiosamente, apenas em um dentre os analisados foi encontrada uma crítica, que foi por não utilizar com profundidade os referenciais nas situações referentes às suas práticas. Todavia não se verificou nenhuma crítica no sentido dessas citações que os professores faziam tal como tivessem lido os originais. Seria então uma tática conhecida dos superiores? Ou até mesmo orientada por estes? Ou os superiores agiam, ingenuamente, interpretando as menções como sinônimo de aprofundamento teórico dos professores?

Um forte indício de que os professores faziam da escrita dos comunicados uma tática para cumprir o que lhes era imposto pode ser verificada na situação de um comunicado que foi redigido em 1947 e em 1950⁹ voltou a ser enviado pela mesma professora, de forma idêntica ao de três anos antes. Ou seja, a professora em questão enaltece que a escrita dos comunicados não tinha propriamente uma relação com análise da realidade da sua sala de aula, tampouco com a criticidade de relacionar teóricos com sua prática, era apenas uma exigência a ser cumprida e que, era realizada, por vezes de forma completamente tática, ou seja, cumpria-se o exigido, porém no cerne apenas replicava-se o que já havia sido escrito. Curiosamente, nestes comunicados a professora escreve na conclusão que “Verificamos que a criança de hoje é muito ativa” e complementa que a forma de despertar seu interesse em aritmética seria por meio de historietas. Nisso, questiona-se: o contexto permaneceria exatamente o mesmo para que as crianças do 1º ano de 1947 e crianças do 1º ano de 1950 tivessem exatamente o mesmo perfil de aprendizado e consequentemente a mesma forma ‘ideal’ para tal? Infere-se que as análises dos perfis da turma e processos de aprendizado não eram aprofundados e mostra-se, assim, mais uma vez, os comunicados como documentos redigidos pelos professor diante da estratégia governamental, porém, seja por falta de instruções ou ausência de relevância para o cotidiano docente, os professores só reproduziam as escritas.

⁹ Comunicado disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/245473>>. Acesso em 09.maio.2025. Já o comunicado de 1947 ainda não se encontra disponível do RCD.

Outra situação que chama atenção é o fato de que a escrita dos Comunicados foi instituída após Elpídio verificar que os professores não tinham conhecimentos sobre ciências da educação e especialmente sobre a Escola Nova, e mesmo com as orientações normatizadas e a efervescência escolanovista na década de 40, vê-se comunicados em que o que predomina é o método intuitivo, como por exemplo no comunicado da professora Odair Martinelli¹⁰, de 1941, em que ela afirma que ensino de aritmética deve ser de forma intuitiva, raciocinada, prática, metódica e graduada e por vezes trata da relevância do fim utilitário. Apesar da professora não se opor a nenhum método de ensino, ela evidencia sua proximidade com o intuitivo. E sendo assim esta professora, diferente do que vinha se verificando nas análises, ou não se atentou às orientações e por isso não utilizou nenhuma forma tática de atender o que estava prescrito, ou simplesmente relatou o que de fato estava em sua prática e condizia com sua regência de aulas.

Isso mostra que a estratégia do governo com as reuniões aos sábados e indicação de leituras foi frustrada porque citava-se os autores e as mesmas passagens, porém ao descrever ou enaltecer alguma prática, os professores demonstravam que o que eles utilizavam era o intuitivo ou então somente utilizavam frases curtas, sem nenhum aprofundamento de descrição de suas práticas, concordando com as citações as quais haviam reproduzido (e muitas vezes nem referenciadas), ou seja, a intenção de Elpídio de incluir discussões e aprofundamentos sobre ciências da educação só aconteciam de forma tática, das quais os professores, em sua maioria, descreviam em seus comunicados o mínimo para que houvesse a interpretação de que estariam cumprindo o que lhes foi, estrategicamente, imposto.

Anteriormente, inferiu-se que o tópico ‘Argumentos’ era instruído a ser redigido de forma acrítica, todavia salienta-se que o comunicado deveria ser finalizado com a Conclusão, onde o professor deveria emitir sua opinião sobre o assunto, fundamentando-a, sempre que possível com fatos reais. E neste ponto se percebe nitidamente as atitudes táticas porque os professores apontavam que concordavam com o que os autores anteriormente citados escreviam em suas obras, por exemplo com o uso de frases como “estou de pleno acordo com o autor” e ainda outras em

¹⁰ Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/245561>. Acesso em 09.maio.2024

que indicavam as leituras para demais professores, visto que estes obtiveram êxito aplicando conceitos tratados pelos autores. É nítida o quanto estas análises conclusivas, que pela prescrição deveriam ser carregadas de criticidade e relação com a prática dos professores, eram um movimento da “arte do fraco”, que diante da imposição, criaram a tática de demonstrar que as leituras eram realizadas, bem como eram uteis para a docência, apesar da erudição superficial.

E todo este processo pode ser apreendido de duas formas: a primeira, já discutida, de que os professores criaram meios para ‘agradar’ seus superiores, porém outra apreensão pode ser de que os comunicados foram utilizados como forma de resistência. Isso porque ao citar métodos intuitivos, ou então apenas reproduzir mesmos trechos de obras e ainda cometer plágios ao não referenciar os autores, os professores poderiam ter o intuito de mostrar aos seus superiores (para além da hierarquia do diretor escolar) que cumpririam o mínimo exigido nos documentos, no caso nos comunicados. De certa forma, esta segunda hipótese leva a ideia de que as autoridades educacionais consentiram com as táticas dos professores, isso porque de todos os comunicados analisados, apenas um continha uma crítica no sentido de pouco aprofundamento.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Com o objetivo de caracterizar aspectos referentes à metodologia de ensino de aritmética catarinense, em período de escolanovismo, vão se construindo considerações de que a Escola Nova Catarinense existiu de forma oficial, em legislações, instruções legais, todavia, ao verificar documentos oriundos da escrita e teoricamente, relatos dos professores, percebe-se, baseado em conceitos de Certeau, que os professores tinham práticas táticas, a qual buscavam cumprir o que lhes era exigido na hora da escrita, porém não havia um interesse em desenvolver análises criteriosas, ou então ler os livros indicados.

E isso pôde ser visto no Comunicado da professora Zaira em que cita um expoente internacional da Escola Nova, todavia ao analisar com maior cuidado, verificou-se ser somente uma paráfrase de D’Ávila ou então nas situações de comunicados replicados de forma idêntica em 1947 e 1950 ou, ainda no caso de Martinelli em que a prevalência é do método intuitivo e em que não houve por parte

da professora o intuito de demonstrar qualquer proximidade com as novas discussões educacionais relacionadas ao escolanovismo.

Ainda, considerando que os comunicados eram avaliados e, com exceção de um único, não se verificou nos outros 101, nenhuma marcação e/ou crítica, há a interpretação de que a forma como os professores relatavam e fundamentavam suas exposições era suficiente ao olhar de diretores escolares e de departamentos. Ou seja, pode-se concluir que por mais que havia intenções de demonstração e inserção do escolanovismo nos meios oficiais, mais especificamente, nesta pesquisa, nos documentos destinados para o ensino de aritmética, a prevalência, nos relatos e reflexões docentes, tendiam ao método intuitivo.

De forma geral, reforça-se a relevância de realizar pesquisas históricas com a empiria de documentos como os comunicados escolares, que permitem inferências com a prática de personagens da sala de aula e ainda, salienta-se que os estudos, com vistas a uma caracterização de uma Escola Nova catarinense serão aprofundadas e a empiria ampliada para documentos como planos de aula.

Referências

- Certeau, M. (1998). *A invenção do cotidiano*, Petrópolis: Vozes.
- Pires, V. S. (2022). *Comunicados escolares: reflexões sobre o ensino de matemática nos grupos escolares catarinenses (1941 - 1950)*. (Dissertação Mestrado em Ensino de Matemática). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Santa Catarina (1941). *Circular n. 37, 28 de maio de 1941*. Reuniões pedagógicas.
- Santa Catarina (1935). *Circular n. 32, de 26 de setembro de 1935*.
- Santa Catarina. *Decreto n. 713, de 05 de janeiro de 1935*
- Schneider, C.; Costa, D. A. (2024) Comunicados escolares catarinenses: caracterização de uma metodologia de ensino de aritmética da Escola Nova. *Anais do Seminário Temático Internacional*, 22. São Luís - MA: Ghemat - Brasil.
- Souza, T. S. (2016). *Entre o ensino ativo e a escola ativa: os métodos de ensino de aritmética nos grupos escolares catarinenses (1910-1946)*. (Dissertação Mestrado em Educação Científica e Tecnológica). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Torrez, C. T. B. (2018). *A matemática na formação do professor primário nos institutos de educação de Santa Catarina na década de 1930*. (Dissertação Mestrado em Educação Científica e Tecnológica). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.